

**RONALDO LOIR PEREIRA**

ronaldloir@hotmail.com

Advogado, Pós Graduado em Direito e Processo do Trabalho e Pós  
Graduado em Processo Civil.

### **Políticas Públicas. Uma Realidade ou Utopia!**

A partir da promulgação da Constituição da República em 1988, o cidadão se viu com uma nova perspectiva política, com a organização do Estado, com a função de proteger direitos fundamentais, sociais, garantindo a todo cidadão brasileiro, direito a vida, a saúde, ao lazer, a moradia, ao meio ambiente ecológico e equilibrado, entre outras.

O cidadão também passou a obter o direito ao voto, participar de plebiscitos, inclusive na propositura de ação popular, possibilitando a participação da sociedade no controle das políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a área social.

O Estado então descentralizado politicamente passou a administrar as questões públicas em parceria com o cidadão com o objetivo da participação democrática da sociedade.

Ocorre que, mesmo o cidadão exercendo um papel central e principal nas políticas públicas do Estado, voltadas a sociedade e a coletividade, com o passar dos anos, vem se distanciando cada vez mais da participação política, pois seus anseios muitas vezes são substituídos pela mídia, principalmente a televisiva ou pelo próprio poder do Estado.

Assim, a cada dia o cidadão vem deixando de participar ativamente na escolha de projetos ou ações que possam lhe beneficiar, voltando a ser apenas um objeto, ou seja, um ser inanimado, inerte diante das políticas públicas.

Na atualidade o Estado tem dificuldades de implementar políticas públicas capazes de promover a inclusão social com eficiência e eficácia.

Enfrentamos muitos desafios com as mudanças climáticas, que destroem cidades, o aquecimento global, com queimadas de florestas, o desenvolvimento sustentável, com o acúmulo de lixo urbano, entre outros, que são de interesse nacional, regional e local, diante dos nefastos efeitos indesejáveis que causam a sociedade.

E, infelizmente nestas questões não há intervenção de forma efetiva do cidadão, tão pouco são discutidas

amplamente por aqueles que são diretamente atingidos e interessados, ficando sempre a espera de decisões do Estado.

O cidadão, nestes novos tempos deve ser o responsável por uma efetiva intervenção social, orientando e influenciando diretamente nas decisões, pois não podemos olvidar que o Estado vem administrando as políticas públicas preso a normas técnicas, algumas ultrapassadas, sem a devida participação popular, no intuito do desenvolvimento da sociedade no mundo globalizado.

Deve-se buscar o desenvolvimento socioeconômico, educacional, cultural, viável e justo para o individuo.

Caso contrário, estaremos diante de um colapso, pois não adianta educar os cidadãos sem condições mínimas de participação social de interpretar e de agir de forma efetiva em prol de suas necessidades, expectativas, anseios e prioridades.

O Estado deve promover alterações na gestão pública com motivação e satisfação pessoal do gestor público, proporcionando um verdadeiro feedback com a sociedade, estimulando o cidadão com planejamento participativo, políticas sociais, serviços sustentáveis, com ética e moralidade, regulando e estruturando as relações sociais, fazendo assim, uma efetiva política pública voltada ao cidadão, com sua inclusão social.

Importa salientar, que a participação popular no desenvolvimento de políticas públicas, não trará nenhum prejuízo

ou dissabor ao Estado, pois o Estado deve estar sempre aberto ao dialogo com uma visão ampla, diante da nova sociedade organizada brasileira.

Todavia, trata-se de uma visão um pouco fantasiosa, contrária a realidade atual.

Mas para alterar esta vertente, deve-se ter uma visão de futuro, traçando novas linhas estratégicas, adaptando e melhorando as já existentes de uma forma equilibrada, para que haja o desenvolvimento da coletividade e o resgate da sociedade, superando a burocracia enraizada no Estado, criando-se, assim, condições para que o cidadão seja o sujeito principal das politicas públicas.